

Feito de palha

Paulo Jorge Pereira · 27.10.2026

SOCIEDADE · POLÍTICA

Não é profissional um agente de segurança que invoca o cumprimento da lei e é o primeiro a desrespeitá-la, porque não respeita os requisitos da própria lei; não é equilibrado aquele que agride e ataca quem deve defender; não é razoável quem interpreta o texto da lei conforme lhe dá jeito para justificar as injustificadas cargas.

Quando um primeiro-ministro escolhe não ver a realidade e criar uma realidade paralela na qual vive, rodeado por quem ecoa tudo aquilo em que insiste como fuga para diante porque convive muito mal com qualquer crítica.

Quando permanece em silêncio enquanto polícias atacam cidadãos e, finalmente, a saída do seu mutismo é para, em plena Assembleia da República, saudar e elogiar a agressão gratuita. E identifica uma PSP «especialmente cuidadosa e competente na reposição da normalidade sempre que se verificaram excessos» - só se for cuidadosa e competente na raiva que coloca em cada bastão, na fúria de cada empurrão a cidadãs e cidadãos iguais a cada polícia, na encarnizada perseguição com cães a manifestantes como se estivéssemos a viver nos tempos de José Hermano Saraiva como ministro da Educação.

Não é profissional um agente de segurança que invoca o cumprimento da lei e é o primeiro a desrespeitá-la, porque não respeita os requisitos da própria lei; não é equilibrado aquele que agride e ataca quem deve defender; não é razoável quem interpreta o texto da lei conforme lhe dá jeito para justificar as injustificadas cargas.

Quando agradece aos agentes de segurança pelo «profissionalismo, equilíbrio e razoabilidade das suas ações» é porque, no seu dicionário, o significado de cada uma destas palavras é exatamente o oposto daquele que lhe atribui. Porque não é profissional um agente de segurança que invoca o cumprimento da lei e é o primeiro a desrespeitá-la, porque não respeita os requisitos da própria lei; não é equilibrado aquele que agride e ataca quem deve defender; não é razoável quem interpreta o texto da lei conforme lhe dá jeito para justificar as injustificadas cargas.

Quando debita alegados factos, alegadas reformas, alegadamente suportadas por um humanismo de pacotilha.

Quando se orgulha de uma fingida cultura de diálogo que não promove, não incentiva, não defende e não pratica, acantonando-se em entendimentos hipócritas com a extrema-direita para o recuo de direitos,

liberdades e garantias.

Quando soma tudo isto numa só intervenção, podemos estar descansados: é que quem assim fala acumula palha no vazio daquilo que diz. Palha suficiente para agravar a fogueira da exaltação dos ânimos. E, sendo dessa matéria feito, o seu discurso tem a eloquência da irrelevância e dá zero respostas a quem delas mais necessita. Pelo contrário, como de costume, alimenta a máquina de propaganda.

Se há algo que queremos mesmo ser é livres da falsidade, da hipocrisia, da prosápia de quem finge que governa. «Portugal não vai parar», conforme disse. Não vai, de facto. Não vai parar de exigir respeito por cada um(a) de nós. Nem vai parar de acumular razões para dar nas urnas as respostas que merece quem despreza os seus concidadãos.

No Parlamento, bem do alto da sua altíssima arrogância, o chefe do governo afirmou: «Acreditamos que as pessoas escolhem o que querem ser.» Escolhemos, certamente, e não é porque um qualquer (ir)responsável político o afirma. E se há algo que queremos mesmo ser é livres da falsidade, da hipocrisia, da prosápia de quem finge que governa. «Portugal não vai parar», conforme disse. Não vai, de facto. Não vai parar de exigir respeito por cada um(a) de nós. Nem vai parar de acumular razões para dar nas urnas as respostas que merece quem despreza os seus concidadãos.

Por muito que quem manda teime em não perceber, os protestos não nascem de geração espontânea. Não são fruto de uma qualquer imaginação fértil. São reais, traduzem dificuldades de pessoas que existem e não correspondem aos padrões dos donos de propriedades que proliferam no Executivo. São pessoas que trabalham, vivem e sofrem a indignidade de lhes serem negados direitos tão elementares como o direito à Habitação. Feitas de carne e osso. Não de palha.